



Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEADO DO BUGRE

LEI MUNICIPAL Nº 1799/2023, DE 03 DE AGOSTO DE 2023.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A REALIZAR O PAGAMENTO DO REPASSE INTEGRAL DO MONTANTE ESPECÍFICO DESTINADO PELA UNIÃO AOS ENFERMEIROS, TÉCNICOS E AUXILIARES DE ENFERMAGEM E PARTEIRAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO MACHADO DA SILVA, Prefeito Municipal de Lajeado do Bugre - RS, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo **Art. 82, Inciso IV** da Lei Orgânica Municipal, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu **SANCIONO E PROMULGO** a seguinte:

LEI:

Art. 1º A presente lei autoriza o poder executivo a realizar o pagamento do repasse integral do montante específico destinado pela União aos profissionais de enfermagem, especificadamente os enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem e parteiras, nos termos previstos na Portaria nº 597, de 12 de maio de 2023.

§ único – Os valores repassados pela União não serão computados como gastos com pessoal, para fins de cumprimento dos limites da LC 101/00, nem como base de cálculo para aplicação de vantagens e outros benefícios já previstos no ordenamento local.

Art. 2º Fica denominado “Compleativo Remuneratório” os valores repassados pela União aos profissionais descritos no caput do artigo 1º, cujo montante não terá incidência de qualquer vantagem.

§ único – A complementação será reajustada quando houver majoração dos valores repassados pela União, na exata proporção do montante.

Art. 3º O valor repassado pela União deverá ser identificado na ficha financeira e no contra cheque do servidor de forma apartada, em linha específica, com a seguinte denominação: “Compleativo Remuneratório”.

Art. 4º O pagamento da parcela complementar denominada “Compleativo Remuneratório” fica estritamente condicionado ao montante financeiro mensalmente transferido pela União à cobertura desta despesa, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal na ADIN 7222.

§ 1º No caso de transferência financeira da União inferior ao montante destinado como “Compleativo Remuneratório” o mesmo devera se pago proporcionalmente ao ingresso do numerário na conta do erário local.



Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEADO DO BUGRE

§ 2º Ocorrendo redução ou mesmo supressão integral dos repasses da União, observadas as legislações pertinentes, o valor nominal do "Completo Remuneratório" sofrerá a mesma restrição, podendo ser ajustado ou completamente excluído em determinado período ou até que os repasses eventualmente sejam restabelecidos.

Art. 5º A diferença remuneratória regulada por esta lei observará como parâmetro a carga horária semanal de 44 horas, para todos os efeitos legais.

§ único - O pagamento da complementação prevista na presente lei será proporcional à carga horária do servidor contratada pelo Município.

Art. 6º Os valores já transferidos à conta do Município deverão ser calculados de forma proporcional à projeção financeira prevista para todo exercício, para o respectivo depósito ao servidor, nos termos desta Lei.

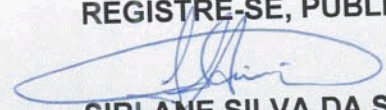
Art. 7º As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta de dotações consignadas no orçamento anual do Fundo Municipal de Saúde, resultante da transferência fundo a fundo do Ministério da Saúde e utilizadas nos limites do referido depósito.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE LAJEADO DO BUGRE, RS, EM 15 DE SETEMBRO DE 2023.


RONALDO MACHADO DA SILVA
Prefeito Municipal

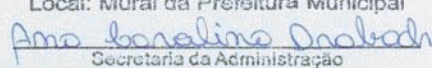
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE.


SIRLANE SILVA DA SILVA
Secretária da Administração.

Prefeitura Municipal de Lajeado do Bugre - RS

Publicado de 15/09/23 a 30/09/23

Local: Mural da Prefeitura Municipal


Secretaria da Administração



Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEADO DO BUGRE

JUSTIFICATIVA

PROJETO DE LEI Nº 039/2023

Nobre Presidente,

Caros Vereadores,

Trata-se de projeto de lei que visa autorizar o poder executivo a realizar o pagamento do repasse integral do montante específico destinado pela União aos profissionais de enfermagem, especificadamente os enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem e parteiras, nos termos previstos na Portaria nº 597, de 12 de maio de 2023.

Importante referir que os valores repassados pela União não serão computados como gastos com pessoal, para fins de cumprimento dos limites da LC 101/00, nem como base de cálculo para aplicação de vantagens e outros benefícios já previstos no ordenamento local.

Ainda, referido repasse fica identificado como "Compleativo Remuneratório" e fica estritamente condicionado ao montante financeiro mensalmente transferido pela União à cobertura desta despesa, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal na ADIN 7222.

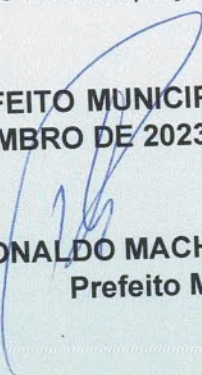
Ocorrendo redução ou mesmo supressão integral dos repasses da União, observadas as legislações pertinentes, o valor nominal do "Compleativo Remuneratório" sofrerá a mesma restrição, podendo ser ajustado ou completamente excluído em determinado período ou até que os repasses eventualmente sejam restabelecidos.

Portanto, o poder executivo apresenta este projeto, para fins de regulamentação do pagamento do repasse integral do montante destinado pela União aos profissionais de enfermagem.

Certos de que juntos trabalharemos em prol do Município de Lajeado do Bugre, esperamos pela aprovação do referido projeto.

Atenciosamente.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE LAJEADO DO BUGRE/RS, AOS
06 DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE 2023.**


RONALDO MACHADO DA SILVA
Prefeito Municipal